



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE





EDIÇÃO Nº 03 – JANEIRO A MARÇO/2021

A **Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Conselheiro Presidente: Luciano Nunes Maia Freire

Membras Auxiliares: Tarcila Santos Britto Gomes e Vanessa Goulart Barbosa (Promotoras de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)

Servidoras: Mariana Bruxel de Vasconcelos e Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti

Contato: meioambiente@cnmp.mp.br



Nota Técnica nº 01/2021 sobre monitoramento remoto no combate aos desmatamentos



A Comissão do Meio Ambiente expediu a **Nota Técnica nº 01/2021**, referente à atuação dos membros do Ministério Público brasileiro com a finalidade de fomentar os órgãos de fiscalização ambiental a implementarem medidas tecnológicas de controle dos desmatamentos ilegais, a exemplo do uso de sistemas de monitoramento remoto. A norma

foi publicada no dia 3 de fevereiro, no Diário Eletrônico do CNMP.



Seleção de palestrantes para o projeto Diálogos Ambientais



No dia 28 de janeiro, foi publicado no portal do CNMP o **EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01, DE 28 DE JANEIRO DE 2021**, inaugurando o processo para seleção de interessadas e interessados dentre membros e servidores do Ministério Público, integrantes dos Poderes Executivo e Judiciário, da academia e dos segmentos da sociedade civil, para

atuarem como palestrantes no projeto “Diálogos Ambientais” da Comissão do Meio Ambiente do CNMP, com atividade comprovada e/ou especialidade na área de defesa do meio ambiente. O certame foi amplamente divulgado na página do CNMP, e, especialmente, por meio das Assessorias de Comunicação, que replicaram a convocação nos sites dos Ministérios Públicos Estaduais.

O projeto “Diálogos Ambientais” foi concebido com o propósito de auxiliar os membros e servidores do Ministério Público em suas capacitações e atualizações na área ambiental através de exposições mensais com temas atuais e relevantes, por meio do compartilhamento de discussões práticas e acadêmicas e também de experiências exitosas do Ministério Público, de outros órgãos públicos e dos segmentos da sociedade civil, na temática ambiental.

Os nomes dos palestrantes selecionados para o Projeto “Diálogos Ambientais” da Comissão do Meio Ambiente foram divulgados em 12 de fevereiro, no portal do CNMP. Foram selecionados 20 (vinte) profissionais, que atuarão como palestrantes em 10 (dez) edições mensais do Projeto, a serem realizadas na última semana de cada mês, entre fevereiro e novembro de 2021, transmitidas pelo youtube do CNMP (não é necessário inscrição para assistir). Segue o cronograma das exposições:





PROGRAMAÇÃO

29 de abril, às 16h	1) Thiago Rodrigues; Luane Souza; Juliana Gerhardt e Adriana Oliveira, representantes IBICT, com a palestra: Resultados do Projeto Amazônia Legal Sem Resíduo. 2) Paulo Moutinho, representante IPAM, com a palestra: Políticas Públicas de Regularização Ambiental e Fundiária na Amazônia Legal.
26 de maio, às 16h.	1) Fábio Fernandes Corrêa, Promotor de Justiça - MPBA, com a palestra: A atuação do Ministério Público do Estado da Bahia na proteção do Bioma Mata Atlântica - o caso do Programa Arboretum. 2) Rogério Rudiniki Neto, Promotor de Justiça - MPPR, com a palestra: Os modernos institutos processuais na tutela da Mata Atlântica.
1 e junho, às 16h	1) Thelma Thais Cavarzere, Promotora de Justiça - MPSP, com a palestra: Atuação do Ministério Público no controle da população de cães e gatos de rua, com o objetivo de melhorar a saúde pública, diminuir o sofrimento dos animais, diminuir o triste aspecto das cidades que têm muitos animais errantes pelas ruas, e prevenir acidentes em logradouros públicos, provocados direta ou indiretamente por esses animais. 2) Luciana Imaculada de Paula, Promotora de Justiça - MPMG, com a palestra: Apresenta a atuação da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna (CEDEF)
29 de julho, às 16h	1) Carlos Alberto Valera, Promotor de Justiça - MPMG, com a palestra: Tutela Jurídica do Solo. 2) Jefferson Valente Muniz, Promotor de Justiça - MPES, com a palestra: Projeto de Recuperação da Nascentes no Município de Santa Leopoldina
26 de agosto, às 16h	1) Marcelo Lemos Vieira, Promotor de Justiça - MPES, com a palestra: O MP como palco do consenso: a mediação e a democracia deliberativa eletrônica (E-democracia) como nova matriz da gestão ambiental (Egovernança). 2) Roberto Carlos Bastista, Promotor de Justiça - MPDFT, com a palestra: Ambiente e Saúde: Direitos Humanos e Fundamentais Indissociáveis





30 de setembro, às 16h	<p>1) Sandra Akemi Shimada Kishi, Procuradora Regional da República - MPF-SP, com a palestra: Os desafios da regulação de normas de referência em saneamento diante da nova lei 14024/20, conhecida como novo marco legal do saneamento.</p> <p>2) Representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA</p>
27 de outubro, às 16h	<p>1) Luciana Cardoso Pilatti Polli, Promotora de Justiça MPSC, com a palestra: Programa Legalidade Ambiental e Sustentabilidade, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente/MPSC.</p> <p>2) Valter Foleto Santin, Procurador de Justiça MPSP, com a palestra: Ética da Alteridade aplicada ao Meio Ambiente</p>
26 de novembro, às 16h	<p>1) Márcia Bastos Balazeiro Coelho, Promotora de Justiça - MPPE, com a palestra: Acordos de Não Persecução Penal e a Possibilidade de não responsabilização de prefeitos e gestores municipais por descumprimento da Lei de Resíduos Sólidos. Uma perspectiva frente a novel legislação.</p> <p>2) Ricardo Van Der Linden Vasconcelos Coelho, Procurador de Justiça - MPPE, com a palestra: Improbidade Administrativa Ambiental</p>

(FAZER A QUEBRA DE PÁGINA PARA CABER PARTE DA PRÓXIMA NOTÍCIA)



Parcerias Firmadas

1. TERMOS DE ADESÃO AO ACT COM MAPBIOMAS



No primeiro trimestre de 2021, foram celebrados Termos de Adesão com os Ministérios Públicos do Estado da Bahia, do Pará, do Acre, do Tocantins e de Roraima ao **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11/09/2020/CNMP**. O mencionado ACT, firmado entre o CNMP, o Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), visa o compartilhamento de informações e tecnologias sobre o uso da terra no Brasil para a proteção do meio ambiente e o acesso à plataforma Mapbiomas Alerta.

No primeiro trimestre de 2021, foram celebrados Termos de Adesão com os Ministérios Públicos do Estado da Bahia, do Pará, do Acre, do Tocantins e de Roraima ao **ACORDO DE COOPERAÇÃO**

2. PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM O INPE



No dia 9 de março, foi celebrado **Protocolo de Intenções** entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com o objetivo de complementar as suas experiências no combate ao desmatamento. O objeto do acordo diz respeito à execução de projetos e atividades de desenvolvimento de uma plataforma especial de monitoramento remoto, especialmente desenvolvido pela entidade governamental INPE para atender as necessidades do Ministério Público brasileiro quanto à investigação e monitoramento de danos ambientais. O extrato foi publicado na Seção 3, página 124, do Diário Oficial da União de 17 de março de 2021.

No dia 9 de março, foi celebrado **Protocolo de Intenções** entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com o objetivo de complementar as suas experiências no combate ao desmatamento. O objeto do acordo diz respeito à execução de projetos e atividades de

3. ADESÃO AO PROGRAMA MEIO AMBIENTE INTEGRADO E SEGURO – PROGRAMA BRASIL M.A.I.S. DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



No dia 25 de janeiro foram iniciadas as tratativas para adesão do Conselho Nacional do Ministério Público, por iniciativa da Comissão do Meio Ambiente,



ao Programa Meio Ambiente Integrado e Seguro – Programa Brasil M.A.I.S., que vem sendo conduzido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal.

Trata-se de tecnologia que está sendo disponibilizada aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a todos os integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), destinada a ampliar a capacidade de cobertura diária de imagens em alta precisão de todo o território nacional e auxiliar também na investigação do crime organizado, especialmente no monitoramento de crimes ambientais, como desmatamento ilegal, queimadas, bem como na identificação de abertura de pistas de pouso clandestinas. Também irá auxiliar no combate ao tráfico de drogas e demais crimes, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

Em 29 de março, foi concedido ao CNMP o acesso provisório à Plataforma Web da RedeMAIS. A Comissão do Meio Ambiente indicou membros e servidores do Ministério Público da União e dos Estados como usuários cadastrados para o acesso à plataforma do Poder Executivo Federal.

Cada ramo e unidade do Ministério Público também pode aderir individualmente ao programa enviando ofício à Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça.

Participação em eventos com a temática do meio ambiente e visitas técnicas às unidades ministeriais



No dia 3 de março, foi realizada visita técnica ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAOMA) do Ministério Público do Estado de Goiás, para tratar de estudo e publicação sobre o cerrado brasileiro e outros temas. Na oportunidade, estavam presentes o Procurador-Geral de Justiça Aylton Flávio Vechi, a Coordenadora do CAOMA Daniela Haun de Araújo Serafim, o Presidente da CMA Luciano Nunes Maia Freire e a Membro Auxiliar Tarcila Santos Britto Gomes.



Procedimentos internos de Comissão instaurados e seus resultados

Instaurado PIC n. 1.01078/2020-93 para publicação no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 03/02/2021, págs. 31/38, da Nota Técnica CMA nº 1/2021, de 1º de fevereiro de 2021, referente à atuação dos membros do Ministério Público brasileiro com a finalidade de fomentar os órgãos de fiscalização ambiental a implementarem medidas tecnológicas de controle dos desmatamentos ilegais a exemplo do uso de sistemas de monitoramento remoto.

(FAZER QUEBRA DE PAGINA PARA CABER A PROXIMA NOTÍCIA)



Formação de Grupos de Estudos

1. Criado Grupo de Estudos com o objetivo de apresentar propostas voltadas à atuação do Ministério Público brasileiro no **aprimoramento do Cadastro Ambiental Rural – CAR** (PORTARIA nº 01/2021/CMA - Portaria Interna-Grupo de Estudos, 30 de março de 2021), formado por representantes dos Ministérios Públicos da União, dos Estados e representantes do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – Imazon e do Laboratório de Geotecnologia da Instituição Center for Climate Crime Analysis (CCCA).

O grupo tem o objetivo de apresentar propostas voltadas à atuação do Ministério Público brasileiro no aprimoramento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sistema de registro eletrônico instituído pelo artigo 29 da Lei nº 12.651/2012, e elaborar material que será publicado pelo CNMP a respeito da temática.

2. Criado Grupo de Estudos com o objetivo de apresentar propostas voltadas à atuação do Ministério Público brasileiro no **aprimoramento da transparência ambiental e da implementação integral do Sinaflor/Ibama pelos estados** (PORTARIA nº 2/2021/CMA - Portaria Interna-Grupo de Estudos, 30 de março de 2021), formado por representantes dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.

O GE tem o objetivo de apresentar propostas voltadas à atuação do Ministério Público brasileiro no aprimoramento da transparência e publicidade da governança ambiental, especialmente em relação à implementação integral do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor/Ibama) pelos estados, instituído pelos artigos 35 e 36 da Lei nº 12.651/2012, e elaborar material que será publicado pelo CNMP a respeito da temática.



Capacitações, oficinas e cursos



O Projeto “DIÁLOGOS AMBIENTAIS” - iniciativa voltada à capacitação e atualização de membros e servidores dos Ministérios Públicos que atuam na defesa do Meio Ambiente - foi concebido com o propósito de oferecer aos membros e servidores, e ao público interessado, palestras mensais em temas atuais e relevantes na temática

ambiental, por meio do compartilhamento de experiências exitosas tanto no contexto do Ministério Público brasileiro, quanto em órgãos do poder executivo e judiciário e dos segmentos da sociedade civil. Já foram realizadas duas edições no ano de 2021.



A primeira edição, realizada em 25 de fevereiro, tratou da “Atuação do Ministério Público do Mato Grosso do Sul na Logística Reversa das Embalagens em Geral”, e teve como palestrantes: **Luciano Furtado Loubet**, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, e **Fernando Silva Bernardes**,

Engenheiro e Coordenador da Consultoria de Projetos Especiais e Meio Ambiente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. **Disponível para visualização** no canal do CNMP no Youtube.





A segunda edição, realizada em 25 de março, teve como tema: “A atuação do Ministério Público em grandes desastres socioambientais: casos Mariana e Brumadinho”, tendo como expositor **Eduardo Henrique de Almeida Aguiar**, Procurador da República no Estado de Minas Gerais, bem como o tema: “Direito dos desastres e o campo da interdisciplinaridade”,

cujo palestrante foi **Diego Pereira**, Procurador Federal. **Disponível para visualização** no canal do CNMP no Youtube.

A próxima edição dos Diálogos Ambientais será realizada **no dia 29 de abril, às 16 horas**, e terá como tema “Os resultados do projeto Amazônia Legal sem Resíduo”, que será apresentado por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação do Governo Federal, bem como o tema “Políticas públicas de regularização ambiental e fundiária na Amazônia Legal”, cujo expositor será Paulo Moutinho, cientista sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).



Dia Mundial da Água



Em homenagem ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, foi apresentada na sessão plenária do CNMP, no dia 23 de março, a plataforma “**Água Boa de Beber**”. Fruto do projeto Conexão Água do Ministério Público Federal, a plataforma permite o monitoramento da qualidade da água. No dia 25 de

março, na abertura dos Diálogos Ambientais, foi transmitido pelo youtube do CNMP a apresentação do projeto com falas da coordenadora do Projeto Conexão Água, a Procuradora Regional da República **Sandra Kishi**; da presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), **Cristina Seixas Graça** e da professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) **Larissa Bombardi**.

Programa integrado de capacitação na análise de crimes ambientais complexos e transnacionais -Módulo II é adiado

O curso que aconteceria no início do mês de abril foi **adiado** para os dias 29 de 30 de junho, em função do fechamento do CNMP e do CNJ para atividades presenciais devido ao agravamento da situação de saúde pública pela pandemia do novo coronavírus. As inscrições serão reabertas oportunamente e poderão ser feitas pelo site do CNJ.





Reunião do Grupo de Estudo da Valoração do Dano Ambiental



No dia 02 de março, aconteceu a reunião do GE de Valoração dos Danos Ambientais, coordenado pelo Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet (MPMS) e tendo como Coordenadores dos Subgrupos os membros Aline Salvador (MPBA), Annelise Steigleder (MPE-RS), Meri Cristina Amaral Gonçalves (MPAC), Sandra Kishi (MPF-SP), Sílvia Cappelli (MPRS) e Gerson Natalício Barbosa (MPMT). O grupo se reuniu para definir o cronograma de entrega da publicação sobre o tema valoração de danos ambientais. A previsão para publicação do material será no final deste semestre.

Atividades Permanentes da CMA

Mantido o controle de adesões e cadastramento dos servidores e membros indicados pelas unidades do Ministério Público aderentes ao Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de disponibilizar acesso aos dados do CAR Cadastro Ambiental Rural, como plataforma de investigação ambiental, criado pela Lei 12.651/12.

(Texto: Tarcila Santos Britto Gomes e Vanessa Goulart Barbosa – Edição: Karina Cavalcanti e Mariana Vasconcelos - Arte e diagramação: Secretaria de Comunicação SECOM-CNMP)

